



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

Registro: 2012.0000064205

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0001788-42.2008.8.26.0431, da Comarca de Pederneiras, em que é apelante WILLIAM NUNES (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados MARIA APARECIDA MATHEUS DE OLIVEIRA, IVAN RICARDO DE OLIVEIRA, RAUANI KEILA DOS SANTOS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e MATEUS FRANÇA DE OLIVEIRA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ADILSON DE ARAUJO (Presidente sem voto), ANTONIO RIGOLIN E ARMANDO TOLEDO.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012.

PAULO AYROSA
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

Apelação com Revisão Nº 0001788-42.2008.8.26.0431

Apelante : WILLIAM NUNES

Apelados : MARIA APARECIDA MATHEUS DE OLIVEIRA E OUTROS

Comarca: Pederneiras – 1ª Vara Cível

Juiz(a) : Ana Carolina Achôa Aguiar Siqueira de Oliveira

V O T O Nº 19.667

ACIDENTE DE TRÂNSITO - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - AUTOMÓVEL QUE, EFETUANDO MANOBRA PROIBIDA, INTERCEPTA A TRAJETÓRIA DE OUTRO VEÍCULO QUE SEGUIA NA PISTA OPOSTA DA RODOVIA – CULPA DO RÉU DEMONSTRADA – DANOS MORAIS – REDUÇÃO IMPERTINÊNCIA – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – CONFIRMAÇÃO POR SEUS FUNDAMENTOS – ART. 252 DO RITJSP – RECURSO NÃO PROVIDO.

I- Incontroversa a culpa do réu (condutor e proprietário de veículo) que, embriagado, realizou manobra proibida, consistente em transpassar a faixa dupla e contínua de rodovia para colidir com o veículo que seguia na pista oposta;

II- A quantificação da compensação derivada de dano moral deve levar em consideração o grau da culpa e a capacidade contributiva do ofensor, a extensão do dano por elas suportado e a sua participação no fato, de tal sorte a constituir em um valor que, levando em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sirva de bálsamo para a honra ofendida e de punição ao ofensor, desestimulando-o e a terceiros a ter comportamento idêntico. Constatando-se que o valor eleito em primeira instância é condizente, impertinente a sua redução, sendo de rigor a manutenção integral da sentença, cujos fundamentos se adotam como razão de decidir na forma do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal.

MARIA APARECIDA MATHEUS DE OLIVEIRA, IVAN RICARDO DE OLIVEIRA, RAUANI KEILA DOS SANTOS e MATEUS FRANÇA DE OLIVEIRA propuseram ação de indenização decorrente de acidente automobilístico em face de **WILLIAM NUNES**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

A r. sentença de fls. 196/202, cujo relatório se adota, julgou parcialmente procedente a ação para condenar o réu a pagar, a título de danos morais, a Maria Aparecida e Ivan valor equivalente a 100 salários mínimos, a Rauani o valor equivalente a 50 salários mínimos e a Mateus, 40 salários mínimos. Diante da sucumbência recíproca, condenou as partes de forma recíproca e compensada, a arcarem com as despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, observados os ditames da Lei nº 1.060/50.

Inconformado, apela o réu (fls. 210/219) almejando a reforma da r. sentença, pleiteando a redução do valor atinente à condenação por danos morais. Sustenta que tal valor foi fixado de forma excessiva, desrespeitando os critérios norteadores para a fixação do *quantum* indenizatório, que não deve ter apenas a natureza punitiva, devendo ser levadas em consideração as características do ofensor, mormente a financeira, de maneira a não ser convertida em causa de sua ruína, razão por que pugna pelo provimento recursal, para que sejam reduzidos os valores concernentes à indenização por danos morais.

Os autores apresentaram contrarrazões às fls. 222/224.

Houve parecer do Ministério Público, pugnando a douta Procuradora de Justiça pelo não provimento do apelo (fls. 228/232).

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso e lhe nego provimento.

Propuseram os autores a presente ação indenizatória, alegando que em 20.05.2007, por volta das 17h30min, trafegava o réu William Nunes com seu veículo marca VW modelo Santana GLS 2000 ano/modelo 1994 pela rodovia vicinal no sentido Itapuí/Boracéia, quando adentrou à faixa contrária de seu fluxo de trânsito sem respeitar a sinalização dupla e contínua da rodovia e colidiu de frente com o veículo marca VW modelo Gol MI ano/modelo 1997 conduzido por Douglas de Oliveira, causando a morte deste e também de sua mãe, Roseli de Oliveira, além de lesionar gravemente os coautores Rauani e Mateus, sendo os outros dois coautores – Maria Aparecida e Ivan – avó de Douglas e filho de Roseli, respectivamente –, motivo pelo qual visam à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

indenização atinente aos danos materiais e morais, acrescida de lucros cessantes e danos emergentes.

A r. sentença (fls. 196/202) afastou da condenação às verbas referentes aos danos patrimoniais, determinando que o réu indenize os coautores Maria Aparecida e Ivan em valor equivalente a 100 salários mínimos, a Rauani o valor equivalente a 50 salários mínimos e a Mateus, 40 salários mínimos.

Mantém-se o decidido em primeira instância.

A responsabilidade civil exige a presença de três elementos: a conduta culposa, o dano e o nexo de causalidade entre ambos.

E diante das provas coligidas aos autos e do teor das razões recursais, incontroversa restou a presença de tais elementos ao se aferir a responsabilidade do réu pela ocorrência do noticiado acidente de trânsito.

Nesse aspecto, repita-se, evidenciada restando a conduta culposa do réu, que implicou no acidente (imprudência ao executar manobra proibida na rodovia, interceptando o veículo conduzido por Douglas e agravado pelo fato de estar o réu embriagado no momento do acidente), dos danos sofridos pelos autores e do nexo causal, só restava impor àquele (condutor e proprietário do automóvel) a consequência de seu proceder, qual seja, a sua condenação pelos prejuízos suportados pelos autores, e devidamente comprovados, como decidido em primeira instância.

Logo, sopesados tais fatores e cingindo-se as razões recursais à questão do valor atinente à indenização pelos danos morais – anotando-se a ausência de impugnação por parte dos autores, por meio de competente recurso, em relação ao *quantum* atribuído –, reputo correto o montante fixado pela r. sentença, motivo por que deve ser mantido.

Embora se reconheça a inexistência de parâmetros legais para a fixação da compensação por dano moral, tal compensação deve ser arbitrada pelo prudente arbítrio judicial, que deve considerar, na eleição do valor, uma quantia capaz de aplacar o sofrimento suportado pelos autores, derivada da análise da extensão do dano causado, o grau de culpa do causador, a capacidade contributiva deste, das condições pessoais dos autores, sua fortuna e condição pessoal, dentre outras. Tem o arbitramento não só o efeito reparador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

na medida do possível, mas um caráter punitivo/educativo, específico e geral, sem contudo servir de motivo para enriquecimento sem causa do autor. Em suma, deve ser eleita tal verba com suporte nos princípios da razoabilidade de proporcionalidade.

Levando-se em conta tais fatores, não há como reduzir *in casu* o valor arbitrado pela r. sentença a título de danos morais.

Tendo em vista a violação à integridade física e até psíquica dos autores, ante a dor, sofrimento e limitação por eles suportados, cada qual à sua maneira diante do grau de parentesco que tinham em relação aos falecidos Douglas e Roseli, e consideradas as lesões gravíssimas de que os coautores menores Rauani e Mateus, também ocupantes do veículo acidentado, são acometidos, em razão do acidente de trânsito noticiado, tem-se que a quantia eleita (100 salários mínimos a Maria Aparecida e Ivan; 50 salários mínimos a Rauani, e 40 salários mínimos a Mateus) mostra-se adequada para a reparação dos danos morais por eles suportados, na esteira, inclusive do parecer ministerial de fls. 228/232.

A sentença, assim, ora é mantida por seus próprios fundamentos, que aqui se adotam integralmente como razão de decidir, na forma do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal.

Da r. sentença aliás, com a devida vênia, transcreve-se o seguinte trecho:

“No pertinente ao dano moral, temos que tão só pelo fato dos sofrimentos a que ambos foram expostos com a lembrança permanente do acidente e dos sofrimentos físicos a eles impingidos com a quebra de ossos e a submissão a dolorosos tratamentos ortopédicos o dano moral restou cabalmente configurado.

Todavia, a sua quantificação deve ser individualizada para cada um, porquanto diferentes foram a extensão e intensidade do tratamento a cada um deles. A requerente Rauani passou por cirurgia ortopédica, com colocação de pinos e depois de certo tempo extração. Permaneceu em cadeira de rodas por determinação médica e demorou a se restabelecer, consoante se extrai de seu depoimento a fls. 77 e radiografias de fls. 34/44. O requerente Mateus, apesar da fratura e de ferimentos generalizados, já em agosto de 2007 havia voltado parcialmente a suas atividades habituais, estando inclusive a frequentar a escola (fls. 78).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª CÂMARA

Desta feita, tendo em consideração alguns requisitos objetivos tais como o sofrimento distinto de um e outro requerentes; a grave culpa do requerido pela ocorrência do acidente e a sua capacidade financeira, fixo os danos morais em 50 salários mínimos para Rauani e 40 salários para Mateus.

(...)

Com relação ao dano moral, no caso dos dois primeiros requerentes [Maria Aparecida e Ivan], ele é presumido, porquanto inegável que a perda de uma filha e a da mãe trazem aos que ficaram tristes lembranças e uma carência emocional muito grande. Para quem perde a filha, ceifadas são as esperanças da convivência e do futuro suporte quando da velhice. Aquele que perde uma mãe, impedido fica de ter a ele dedicado um carinho único, próprio deste laço maternal, além da orientação e vigilância constantes a que todos os pais estão habituados, de modo que a sua falta inegavelmente traz uma perda por vezes irreparável, não havendo dúvidas quanto a ocorrência do dano.

Desta feita, tendo em consideração alguns requisitos objetivos tais como o sofrimento impingido aos requerentes, a grave culpa do requerido pela ocorrência do acidente e a sua capacidade financeira, fixo os danos morais em 100 salários mínimos” (fls. 200/202).

Dispensáveis, por derradeiro, maiores fundamentos a se evitar a repetição do que estou decidido em primeira instância, cumprindo observar, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça vem firmando orientação no sentido de se permitir *"a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum"* (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. de 17.12.2004 e REsp nº 265.534-DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. de 1.12.2003).

Posto isto, nega-se provimento ao recurso.

PAULO CELSO AYROSA M. DE ANDRADE
Relator